

A história oral como instrumento de pesquisa de práticas culturais e memórias no Rio Paraná¹

Eduardo Romero de Oliveira²

Professor Assistente Doutor da Universidade Estadual Paulista – Unesp/campus de Rosana.

Resumo

Este texto apresenta alguns resultados da pesquisa histórica em 16 municípios sobre o povoamento das margens do Rio Paraná no século XX e o impacto do enchimento do lago da Usina Sérgio Mota. Num projeto financiado pela CESP, em 2006, que subsidiou a instalação do Museu de Memória Regional (Porto Primavera, SP), com exposição sob nossa curadoria. A pesquisa utilizou o método de coleta de histórias de vida, priorizada a entrevista com antigos moradores, trabalhadores na construção da usina e reassentados. As entrevistas permitiram recolher 210 depoimentos sobre: condições humanas de ocupação; o ambiente natural; vida cotidiana e cultura; práticas de trabalho rural; memória de origens e do enchimento do lago da usina. A partir dela, novas pesquisas financiadas pela Fapesp, estão detalhando o patrimônio histórico e cultura na região; além da avaliação e acompanhamento da visitação ao Museu.

Palavras-chave: História Oral; Memória; Cultura; Rio Paraná; Museu histórico.

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve por objetivo fazer um estudo histórico de 16 municípios às margens do Rio Paraná, da sua formação até o enchimento do lago da Usina Sérgio Mota. E seus resultados subsidiaram a implantação do Museu Comunitário de Porto Primavera.³ A maior parte da pesquisa de campo foi dirigida essencialmente para a coleta de histórias de vida dos moradores destes municípios. A pesquisa foi baseada essencialmente na coleta de depoimentos orais da vida dos moradores destes municípios, dentro de um recorte temático em que se privilegia a ocupação humana destes municípios e questiona-se sobre tópicos específicos. E sua iniciativa foi decorrente dos trabalhos de resgate da memória das

¹ Trabalho apresentado ao GT – Interfaces com o Desenvolvimento a Cultura e o Meio Ambiente do **IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**.

² Possui graduação em História pela UNICAMP (1990), mestrado em História Social pela USP (1995) e doutorado em Filosofia pela USP (2003). Está envolvido atualmente com duas linhas de projetos: memória e patrimônio cultural no novo Oeste Paulista; cultura e sociedade paulista no século XIX. Ministra disciplinas de História da Cultura, História da Arte e História do Brasil na Unesp. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: história cultural, patrimônio e turismo cultural.

³ A pesquisa foi desenvolvida em parceria com a Fundação Patrimônio de Energia e Saneamento, responsável pela implantação do Museu de Memória Regional. Todo o projeto de implantação foi financiado pela CESP.

comunidades ribeirinhas, em função do impacto do enchimento do lago da Usina Sérgio Mota. Foram selecionadas de 10 a 30 pessoas de cada município (enquanto um número percentual em relação ao número de habitantes e de família afetadas em cada município pela construção da Usina). E priorizou-se a entrevista com antigos moradores, líderes de comunidade, trabalhadores na construção da usina (“barrageiros”) e reassentados (resultantes do enchimento do lago da usina). As entrevistas permitiram recolher depoimentos, primeiramente, sobre as condições humanas de ocupação da população ribeirinha e suas diversas relações com o ambiente natural. Em segundo lugar, obtivemos detalhes sobre aspectos da vida cotidiana. Por terceiro, recolhemos relatos sobre práticas de trabalho rural e ofícios. E por quarto, os depoimentos sobre as alterações decorrente do enchimento do lago da usina.

2. MEMÓRIA E HISTÓRIA

De início, cabem algumas considerações teórico-metodológicas que orientaram nossos trabalhos de pesquisa. É senso corrente entre historiadores que as discussões sobre memória têm uma referência essencial nos trabalhos de Halbwachs. Sua obra é entendida dentro da vertente da sociologia francesa e Emile Durkheim, em que o social tem precedência sobre o espírito. Para Halbwachs (1990: 55), a oposição entre o espírito e os fatos sociais tem seu equivalente na dualidade entre memória pessoal e memória coletiva. As impressões pessoais apóiam se na memória coletiva para atingir o ponto de vista do grupo, criando uma “consciência do grupo. Constitui-se assim um vínculo do indivíduo para o grupo, e um liame vivo de geração para geração. Halbwachs fará também uma distinção entre a memória coletiva e a história: a história é a “compilação dos fatos”, de forma esquematizada e compondo um “quadro total”; a memória coletiva é uma corrente de pensamento contínua, coexistente com outras memórias coletivas.

Esta dualidade memória/história acabou se tornando um viés principal da conceituação de memória. A oposição memória/história foi reafirmada por Duby, afirmando que a memória é uma construção social, e enquanto tal, uma operação ideológica. Recorrendo à definição althusseriana de ideologia, Duby (1976: 131-132) defende que todo testemunho (textual, visual) é resultante de uma representação parcial, deformada e comprometidos com um grupo social; produzidos dentro de sistemas ideológicos. Enquanto a história é a forma de conhecimento, e operação cognitiva que tem a memória como seu objeto. Le Goff (1998: 535), no texto “Documento/Monumento”, que distingue entre “a memória coletiva e a sua

forma científica, a história”. A memória aparece, em Le Goff, como intrinsecamente vinculada à matéria do documento, valorizada através de obras ou edificações, instituídas como patrimônio cultural; enquanto a história encontra nele seu sentido de ser. Nesta mesma linha de argumentação, Pierre Nora (1983: 24-25) analisa os “lugares da memória”. Estes não são mais “espontâneos” – porque vinculados à manutenção dos valores da sociedade e da ideologia – mas uma necessidade da história (museus, arquivos, coleções, monumentos). A história constitui-se pela dissolução crítica da memória, mas também demanda, explica, mantém os lugares depositários de memória. Como bem observa Nora, esta “obsessão pelos lugares da memória” é marca singular da sociedade contemporânea e do conhecimento histórico.

Esta discussão sobre a memória e a elaboração da lembrança, coloca-nos o destaque que os relatos orais têm assumido como um novo conjunto de fontes documentais. Em Paul Thompson (2002: 104, 136 e 145), a questão da memória surge dentro da ênfase “positiva” da história oral como método. Sua argumentação discorre sobre os detalhes do método ou sobre a questão da “evidência oral”, no sentido de tomar as entrevistas como fontes legítimas para a pesquisa histórica, tanto quanto as fontes documentais. Para Thompson, todas estas fontes representam a “percepção social dos fatos”, igualmente sujeitos às condições sociais em que são obtidas. E o “testemunho falado” traz uma informação significativa, em que é transmitida a consciência individual e coletiva, através da presença viva das vozes subjetivas do passado. Sua ênfase no método é argumentar que a dimensão social deve ser apreendida pelo historiador oral como interpretação dos significados sociais que as fontes orais carregam. Também para Gwyn Prins (2001), os dados orais permitem riqueza de detalhes, que podem ser coligidos com outras fontes e capaz de permitir explicar a continuidade histórica. Nesta defesa arraigada da evidência oral, a positividade do evento e a dualidade memória /história retornam frequentemente.

A história oral parecer atualizar hoje uma questão que é o próprio conhecimento histórico: o trabalho com o documento. E cujo encaminhamento pode desviar para a defesa do realismo, no sentido que o concebeu Hayden White (1992: 430): em que o conhecimento histórico é a “representação realística da realidade histórica”. O esforço da história em distinguir-se da memória, tem seu equivalente na distinção entre história e ficção: “a ficção como representação do imaginável e a história como representação do verdadeiro” (White, 1999: 115). Na argumentação realista, a memória guarda esta dimensão imaginável, enquanto

a narrativa histórica prima por ser capaz de representar “o que aconteceu”, numa busca angustiante por se legitimar enquanto ciência (discurso verdadeiro). Contra o desvio para o realismo, lembremos que o historiador não se atribui mais o trabalho de desvelar os fatos que o tempo enterrou, na imagem de Febvre (1977: 177). O fato não é uma realidade substancial, mas o historiador fabrica seu objeto. Eis aqui um dos traços epistemológico da operação historiográfica, conforme Certeau (2002: 81.): a construção de objetos de pesquisa. Construção da qual pode participar inclusive outros especialistas, como o arquivista (cf. Voldman, 1996: 251).

No caso da história oral, é necessário considerar a particularidade da fonte oral, conforme alerta Voldman (1996: 247-265), em que o historiador, “ao solicitar uma testemunha, procede uma ‘invenção’ de fontes”. Invenção que em termos práticos significa, por um lado, as diferentes formas de coleta de um documento oral e seu controle; e, por outro, o testemunho não se reduz mais à condição de “objeto do conhecimento”. Chiara Vangelista (2006: 185-193) defende igualmente este caráter construtivo da história oral, tanto do historiador na delimitação da entrevista quanto do depoente, na seleção de seu relato do passado. Cléria Costa (1997: 133-145), em referência direta a história oral, “a história não se constitui apenas de um conjunto de acontecimentos históricos já descobertos, mas através da (re)constituição desses acontecimentos e da criação de novos pelo historiador; descoberta e invenção entrelaçam-se a cada instante”. E conforme alerta Michel Trebitsch (1994: 39), uma história que não se justifica nem por um discurso em prol da “democratização da história”, como o faz Thompson; nem por discurso militante da “voz do oprimido”. Enfim, considera-se atualmente que a produção do conhecimento histórico supõe um componente problemático (invenção, criação, construção, elemento ficcional). E o testemunho oral, como outros tipos de fontes históricas, deverá ser reexaminado à luz de outras fontes, eventualmente posto de lado ou criticado.

3. O PROCESSO DE COLETA DE DADOS E ALGUNS PRODUTOS DA PESQUISA

Uma expedição de pesquisa de campo foi realizada durante os meses de julho e agosto, percorrendo 14 dos 16 municípios que são objetos da pesquisa. A base de apoio da expedição foi estabelecida em Presidente Epitácio, onde ficaram hospedados todos os integrantes da equipe (estagiários e coordenador local) durante estas três semanas. Na primeira semana, um primeiro grupo de 3 estagiários percorreu as cidades de Caiuá (SP), Bataguassu e Anaurilândia (MS). Na segunda semana de julho, inclui-se aqueles um segundo

grupo de 3 alunos da equipe. A equipe completa de 6 pessoas percorreu então as cidades de Presidente Epitácio, Caiuá, Presidente Venceslau, Panorama, Paulicéia e Santa Rita do Pardo (MS). Na terceira semana, permaneceu apenas o segundo grupo, que percorreu as cidades de Ouro Verde, Nova Guataporanga, Nova Independência, Brasilândia e Castilho. Na quarta semana da expedição (de 1 a 4 de agosto), um grupo de 3 pessoas deslocou-se para Três Lagoas; e retornou-se a Presidente Epitácio, Paulicéia e Panorama para novas entrevistas - que complementassem ou preenchessem aspectos históricos ainda não registrados destas duas comunidades. Por fim, durante a primeira quinzena de agosto, foram percorridas as cidades de Teodoro Sampaio e Rosana para realização de entrevistas. O deslocamento da equipe entre as cidades foi realizado de carro; tanto devido às longas distâncias entre elas, quanto para identificação de entrevistados e os agendamentos de visitas.

Os procedimentos de coleta e registro de imagens, roteiro de entrevista e termos de autorização de cessão (depoimento oral e imagens) seguiram modelos previamente estabelecidos. Ministramos uma dezena de horas de treinamento em técnicas de história oral para os membros da equipe e orientação sobre os enfoques temáticos. Destacamos que o roteiro de entrevista foi concebido com recorte temático, de modo que se inquiriu sobre alguns aspectos das comunidades ribeirinhas: a partir de momentos da vida do entrevistado (origem e migração, infância e relacionamento familiar, moradia e vida doméstica, educação, trabalho, lazer, religião, casamento, vida conjugal e filhos); a descrição do ambiente natural e da comunidade (espaço urbano ou rural, relações sociais); além de questionamentos sobre o impacto da construção da Usina Sérgio Mota na vida pessoal e da comunidade. De modo que o roteiro não pressupunha aprofundamento em nenhum destes pontos, e o pesquisador-entrevistador tinha orientação de manter-se nos limites do roteiro ou estender-se nalgum dos pontos, conforme a própria dinâmica da entrevista ou devido à biografia do entrevistado – o que veio a ocorrer algumas vezes.

A realização das entrevistas foi um trabalho gratificante, mas ao mesmo tempo fisicamente cansativo, seja pelas distâncias e municípios a serem visitados ou pela rotina própria de uma expedição. Não se considerando ainda o esforço prévio de localização, o agendamento e realização da entrevista. E que nem sempre o agendamento se concretizava, muitas vezes porque as pessoas tiveram outro compromisso ou desistiram da entrevista – sem contar as dificuldades de localizar uma pessoa dentro das características do grupo de pesquisa. Percorreu-se tanto áreas urbanas quanto rurais (fazendas, sítios e reassentamentos). As

conversas foram com pessoas de diferentes níveis sociais, graus de escolaridade, sexo e alguma diferença de idade. Aliás, os pesquisadores tiveram que ter muito cuidado no contato com os entrevistados, porque nem sempre o contato inicial era amistoso, com exaustiva explicação dos objetivos da entrevista, as instituições envolvidas, a importância de sua contribuição. Toda uma diversidade de pessoas, costumes e visão de mundo que era preciso considerar (em relação à finalidade da pesquisa), mas também tolerar e respeitar naquele momento da entrevista.

Como produtos finais, foram obtidos materiais diversos sobre a comunidade: colhidos 204 depoimentos nestes dezesseis municípios; identificamos objetos de valor histórico; quase 1.000 fotos antigas foram copiadas (por meio fotocópia ou digitalização), além de fotos de entrevistados e de seus locais de residência ou trabalho. Para compor a primeira exposição temporária do museu, foram localizados um grupo expressivo de objetos passíveis de empréstimo nas cidades Presidente Epitácio, Caiuá, Ouro Verde, Bataguassu, Panorama e Três Lagoas – quase todos foram fotografados. Também foram feitas algumas fotos de paisagens ou pontos representativos nas cidades visitadas. Foram registrados ainda alguns momentos da expedição (formais e informais) e lugares de passagem para ilustrar as atividades da equipe.

4. OS TESTEMUNHOS COMO FONTE ORAL: CONDIÇÕES DE VIDA, VIDA COTIDIANA, TRABALHO E O ENCHIMENTO DO LAGO DA REPRESA

4.1. Condições humanas de ocupação da população ribeirinha e suas diversas relações com o ambiente natural.

Desde os trabalhos de Taunay (1934), Sérgio Milliet (1938) e Monberg (1984), estuda-se a ocupação do Oeste Paulista como diretamente associada a expansão da cultura do café para a Alta Paulista: o café estimulou a expansão ferroviária (trilhos da Alta Sorocabana e Alta Paulista) e que permitiu a fundação dos municípios na região. Trabalhos como o de Odilon Matos (1974: 93-100) aprofundaram a história da ferrovia paulista (e seu avanço para o oeste), mas sempre em função desta dependência com a cultura cafeeira. Esta mesma compreensão reproduz-se nos estudos mais recentes – tanto no estudo de Argolo (2004) sobre a arquitetura industrial cafeeira, quanto por Ghirardello (2002), ao estudar a relação entre a expansão ferroviária e a formação das cidades do oeste paulista. Até mesmo a ocupação da região do Pontal do Paranapanema pode ser explicada pela expansão da empresa férrea Sorocabana num ramal para Dourados (MS) (Leite, 1998: 95-97; 1970: 10-13). A expansão

das linhas férreas é assim entendida como uma das principais causas do deslocamento das pessoas para o Oeste Paulista: seja para trabalhar na expansão da linha férrea ou porque direcionou o loteamento de terras para o trabalho agrícola. A historiografia segue estas linhas explicativas mais gerais, mas uma compreensão pontuada do povoamento está muito incompleta.

O trabalho de pesquisa com técnicas de história oral permitiu identificar ou detalhar alguns aspectos das comunidades e do ambiente natural. Em primeiro lugar, as entrevistas com antigos moradores revelaram aspectos gerais da colonização das cidades. Os relatos coletados em Presidente Epitácio apresentaram esta ocupação da cidade em relação às atividades de transporte fluvial e terrestre. Os relatos de habitantes de Bataguassu informaram também os vínculos da formação da cidade com o transporte fluvial. Em Panorama, obtivemos informações sobre o processo de loteamento e ocupação dos lotes. Com particular destaque para a infra-estrutura da cidade (saúde, fornecimento de energia e escolas) e uma atividade esportiva que marca a localidade desde a década de 1960: a travessia a nado do rio Paraná. Em Ouro Verde, obtivemos informações não apenas sobre a ocupação da cidade, desde os anos 1950, mas sobre a colônia japonesa (atividades sociais, adequação da cultura) e que muito contribuiu para atividade agrícola no município. Deste processo de colonização e loteamento derivam as cidades de Paulínia, Nova Guataporanga e Nova Independência. Da mesma forma, em Brasilândia (MS), os relatos coletados enfatizaram que a formação da cidade esteve ligada à dinâmica de ocupação do lado paulista (Panorama). Nestas e em outras cidades, uma imagem sempre presente nos relatos da ocupação (e reforçada em fotos) são as ruas e estradas de areia, com quadras ocupadas com poucas casas e grande espaço entre elas (mesmo nas áreas mais centrais).

Uma peculiaridade nos relatos orais coletados é que deveriam permitir um detalhamento da colonização e sua relação com o ambiente natural. O roteiro de entrevista previa um conjunto de questões relativas a este tópico. E as descrições obtidas ressaltaram não apenas a presença de mata densa, mas detalhes do desmatamento e uso do solo. Muitos entrevistados detalhavam os tipos de árvores encontradas na região, seja para aprofundar os comentários sobre o comércio de madeira (valor comercial, atividades de corte e transporte), mas também na construção das casas (nas paredes divisórias, colunas de sustentação ou em telhados de tábuas de cedro). Há indicação de algumas espécies de animais silvestres encontrados, mas também do consumo de carne de caça – que se apresentou como um

consumo comum em muitas famílias, paralelamente à criação e consumo de animais domésticos. Aliás, os comentários relativos à alimentação, que constava do item sobre a rotina doméstica, acabavam aprofundados quando se questionava sobre o ambiente natural. Apesar de que na maior parte dos entrevistados que consumo carne, esta era de origem suína e aves. Até porque o porco era de criação em menor espaço físico – até mesmo nos lotes urbanos – e mais fácil a preservação da sua carne (pedaços guardados em latas, já parcialmente fritos, dentro da própria banha). A descrição dos rios também resultava em informações ricas. Por um lado, obtivemos detalhes relativos ao rio Paraná, nos municípios ribeirinhos - tipos de árvores freqüentes na beira do rio (como as figueiras), as praias formadas no período da seca, cor da água, pontos de pesca e de cultivo agrícola, traçado do rio antes do enchimento do lago da UHE, ilhas existentes e suas características. E por outro, informações sobre outros rios próximos que deságuam no Paraná – largura antes do enchimento do lago, peixes mais encontrados, pontos mais freqüentados, tipos de animais mais vistos.

4.2. Vida cotidiana: espaço e circulação, lazer, educação.

Era prevista pelo roteiro de entrevista a descrição das relações sociais dentro das comunidades ribeirinhas, que explorou detalhes sobre a espacialidade da ocupação humana, vias de circulação e atividades sociais, com perguntas específicas ao meio urbano e ao meio rural. Coletamos relatos que permitem recompor um pouco da ocupação da área urbana (pontos comerciais, serrarias, escolas, áreas de circulação de pessoas e animais, praças com atividade social), rural (pastagens de engorda, estradas para gado, estradas de transporte, localização das colônias, espaços comunitários) e fluvial (portos, ilhas com sítios, várzeas para plantação).

Também se procurou recuperar informações sobre as atividades sociais em cada comunidade. A declaração de participação em atividades comuns (festas religiosas, quermesses, bailes) mostrou-se mais freqüente entre os moradores dos núcleos colonizadores (das cidades e colônias agrícolas) do que entre os moradores de sítios e fazendas. As descrições do cotidiano dos sítiantes acabavam por privilegiar a rotina de trabalho. As dificuldades de deslocamento pelas estradas, a falta de meio de transporte próprio (seja cavalo, carro de boi ou automóvel), rotina de trabalho intensa ou falta de hábito familiar de visitar os outros eram os motivos mais declarados entre aqueles do segundo grupo. Mesmo o questionamento sobre a infância do entrevistado era com poucas referências a brinquedos e

tendo como colegas de brincadeiras apenas os irmãos e irmãs. Numa infância truncada pelo trabalho agrícola ou tarefas complementares a ele.

Também foi possível recuperar informações relativas ao tema da educação na região. Por um lado, os relatos coletados permitem levantar informações de caráter estatístico sobre a população. Neste sentido, a formação escolar restringia-se quase sempre aos quatro anos da escola primária, nas poucas escolas do município – naqueles entrevistados, por exemplo, que tiveram sua infância nas décadas de 1950, nas comunidades estudadas. E a formação posterior poderia chegar até a escola secundária em municípios maiores (Três Lagoas), mas são raros os casos educação em curso superior – feitos em regiões distantes, como São Paulo ou Campinas – ou quando já adultos. Por outro, foi possível recompor situações que duram duas décadas através da entrevista com pessoas de faixas etárias próximas e que frequentaram escolas em períodos de tempos seqüenciados (p. ex., 1949, 1955 e 1960 e 1964). É o caso de atividades cívicas como desfiles, fanfarras, hinos e declamatórias recorrentemente citados (e reproduzidos pelos entrevistados e fotos dos eventos) em escolas dos diferentes municípios. Há, portanto, uma história das festas cívicas no oeste paulista e que poderia ser reconstituída em detalhes através das entrevistas realizadas.

Aliás, os depoimentos colhidos sobre o tópico do lazer instigam a maiores investigações neste sentido. São relatos da festa do 1º de maio na região, desde os anos 1940, em que neste dia de feriado não só as famílias das comunidades ribeirinhas (p. ex. Presidente Epitácio) realizavam “pic-nics” à beira rio (com futebol, corrida de cavalos e música). O questionamento sobre as atividades de lazer permitiu identificar em detalhes práticas esportivas (natação no rio e futebol) que já possuem quatro décadas, quando não também aqueles esportes particulares a uma cultura imigrante (como o beisebol, nas colônias de imigrantes japoneses em Ouro Verde). Até mesmo o cinema era uma diversão presente em alguns dos municípios ribeirinhos. Além disso, seja em relatos de sítiantes seja de antigos moradores das cidades a opção de lazer mais citada é o baile. Algumas vezes com sanfoneiro outras com orquestras, e até com vitrola, os bailes era um evento social recorrente nas lembranças até a década de 1970. No lugar da imagem da “festa junina caipira” (com sua comida e quadrilha), encontramos um relato sobre devoção (a São João ou Santo Antonio) e brincadeiras. Na descrição de uma moradora de Brasilândia (MS), de uma festa nos anos 1960: havia o pau de sebo; algumas barraquinhas com bebida e comida; leilão de prendas (pratos caseiros e animais doados pela comunidade) a fim de arrecadar dinheiro para a

paróquia e pagar os músicos; e uma tenda grande onde havia o baile, sob luz de lamparina e com sanfona, que durava toda a noite – tocando guarânias, boleros e “sucessos de rádio”. Dança e música era a principal diversão, que normalmente não exigia muitos recursos, para uma comunidade ribeirinha muitas vezes pobre.

4.3. Práticas de trabalho rural e ofícios nas comunidades..

Em muitas entrevistas realizadas, o tópico do trabalho tomou a maior parte do tempo. Para alguns, o relato concentrou-se no trabalho agrícola; para outros, na navegação – apenas para citar algumas das atividades mais expressivas.

Com relação ao trabalho com a terra, há diferentes tipos de relatos. Poderíamos separar alguns relatos em relação ao período de vida trabalhou na lavoura; isto é, entre aqueles entrevistados que durante os últimos 60 ou 80 anos cultivaram a terra e outros que, nos últimos 40 anos cresceram na área rural, participaram da atividade quando crianças e na adolescência, mas a abandonaram. No primeiro caso, há sempre em longa exposição do saber que detinha sobre a terra, o clima, os instrumentos, o ritmo de trabalho, as dificuldades econômicas enfrentadas; enquanto aqueles que nasceram e tiveram sua infância no campo, enfatizam comentários sobre as duras condições a que crianças eram submetidas desde cedo – contrastando com as atividades exercidas, na cidade, quando adulta. Há as diferenças econômicas, entre os que tinham um pequeno pedaço de terra e outros, fazendas; entre aqueles que eram donos, arrendatários ou colonos. E, por fim, aqueles que trabalharam em outra região ou país (com outro tipo de plantio ou criação) e mudaram-se para o Oeste Paulista. Neste tipo de relato encontramos detalhes sobre a migração (dificuldades que a teriam motivado, escolha do local de destino, familiares que auxiliaram na mudança ou incentivaram a migração) e da atividade que veio a exercer. No caso do imigrante (europeus ou japoneses), encontramos a menção de dificuldades de adaptação (clima e costumes), a manutenção de um ritmo de trabalho (rigoroso nas culturas orientais), conhecimento de tecnologia e a adequação de hábitos às condições locais – principalmente a alimentação nas colônias japonesas, por exemplo, em que o pescado do mar continuou sendo o principal ingrediente, mesmo com as dificuldades de transporte.

Poderíamos agregar a estes trabalhadores rurais, aquele outro grupo que atuava na pecuária. E estabelecendo uma tipologia equivalente: a idade de inserção na atividade; pequeno proprietário ou grande; empregador ou empregado; migrante ou imigrante. Em cada um deles se faz menção a diferentes informações sobre povoamento e ocupação, técnicas

agrícolas, formas de vida e saberes. Assim, por exemplo, o peão-boiadeiro ou o chefe de comitiva tem uma rotina própria de um trabalho itinerante (muitas vezes, um homem solteiro ou ausente do lar); enquanto que no relato de um dono de rebanho intercala-se o ritmo de trabalho com a presença da família – apesar desta ajustar-se aquela. Enfim, muito haveria a considerar sobre este tema do trabalho rural e seus desdobramentos dentro das entrevistas realizadas, seja para pesquisa da história econômica da região, história social ou história cultural – com vínculos para análises em economia, sociologia rural, história ambiental ou antropologia.

Outra vertente de relatos, ainda relativa ao tópico do trabalho, diz respeito à navegação. Observamos principalmente a existência de companhias de navegação que atuavam no rio Paraná desde o início do século XX. Inicialmente para o transporte de gado da margem matogrossense para a paulista – em torno do que é atualmente o município de Presidente Epitácio (SP). Nas décadas de 1920 a 40, amplia-se a navegação para fim de transporte de madeira – cortada cada vez mais de pontos distantes. Com a crescente abertura de vilarejos ao longo do Médio Paraná, depois dos anos 1940, a navegação intensificou-se, não apenas transportando gado, quanto também pessoas, mantimentos e madeira. E não apenas na ocupação do oeste paulista, mas também no Paraná – consolidando uma rota que vai de Três Lagoas (MS) a Guairá (PR). Criaram-se então dezenas de portos fluviais ao longo desta rota, como pontos de embarque e desembarque de animais, pessoas, mercadorias e até caminhões. Portanto, os relatos sobre a navegação provêm tanto de moradores que usufruíam desta via de transporte ou exerceram algum serviço ligado a ela (corte de madeira, carregador, boiadeiro, etc).

Temos um grupo de pessoas entrevistadas que foram empregados de alguma das empresas de navegação – concentradas em Presidente Epitácio, chegaram a mais de 15 empresas nos anos 1960. Alguns relatos trouxeram informações sobre a extensão do negócio madeireiro no oeste paulista, em que um mesmo proprietário tinha empresa de navegação, serrarias em municípios ao longo do rio, de transporte fluvial (combustível, pessoas, mantimentos) – no caso, empresa com sede em Campinas (SP), para se ter em conta a rentabilidade do negócio. Obtivemos também relatos detalhando aquela que foi a primeira e maior empresa de navegação no rio Paraná: a Companhia de Viação São Paulo – Mato Grosso, empresa particular criada em 1907 em função do comércio e transporte de gado; tornada autarquia federal, em 1944, sob o novo nome de Serviço de Navegação Bacia do

Prata, e que foi desativada em 1972. Por um lado, a montagem da empresa e da infra-estrutura de navegação só nos chega por documentação, pequenos textos históricos ou a história da empresa por conhecimento de ex-empregados; por outro, são os ex-empregados que relatam com detalhes a história da empresa na segunda metade do século XX. São comentários sobre a relação empregatícia, as diversas áreas de funcionamento da empresa (escritório, navegação, oficina); além da vida na Vila Tibiriçá (vila de trabalhadores da empresa), com sua infra-estrutura (casas, energia, saneamento), as atividades de lazer (cinema, bailes, futebol). Cujas importâncias dos relatos não é apenas recompor uma história de empresa, mas também de uma vila que desencadeou a formação de uma cidade (Presidente Epitácio). Permite-nos observar a chegada de uma infra-estrutura de habitação moderna para a época (anos 1930), ainda mais considerando a distância e dificuldades de deslocamento para o oeste paulista. Ou até indicam a existência de conflitos étnicos entre os trabalhadores de navegação (portuários negros vindos do Rio de Janeiro ou baianos que trabalhavam no Rio São Francisco) e a população local de tez branca – de comerciantes a prestadores de serviços, que dependiam da renda daqueles.

Mas a navegação em si mesma, enquanto uma atividade de trabalho específica, envolveu um grupo de profissionais: os marítimos. São piloteiros, marinheiros e comissários que atuavam nos vapores, balsa, rebocadores e barcaças. Obtivemos descrição sobre o transporte de madeiras, a rotina de trabalho nas embarcações, os saberes práticos e conhecimentos técnicos exigidos na navegação fluvial. Aliás, a respeito do saber da navegação há o relato precioso de um comandante, em que se entrecruzam a lembrança e a reflexão; a informação de orientações técnicas e de mapas com a prática de décadas de navegação no rio; os comentários de técnicos de navegação podem dar seqüência a passagem bíblicas. Tudo expresso num relato que soa poético, filosófico, técnico; quando não de difícil definição. Neste caso, a categorização como “cultura popular” fica evidentemente insuficiente. O que era inicialmente esperado como “estórias de pescadores à margem do rio Paraná”, mostrou-se em verdade um mundo de infra-estrutura de transporte fluvial. Temos as empresas, rotas de transporte intenso, profissionais (marítimos, mecânicos, administrativos). Os pescadores, quando o localizamos no Médio Rio Paraná, eram um conjunto específico de pessoas que viviam da venda do pescado – alguns como atividade complementar à agricultura ou em serviços na cidade. Ou então, aqueles pequenos agricultores pobres que tinham no peixe uma fonte de alimento. São nos marítimos, que atuaram por mais de 60 anos no rio

Paraná, que encontramos práticas de trabalho e um saber específico no qual se poderia reconhecer uma tradição e uma cultura material da navegação. E seria equiparável aquele primeiro grupo de relatos sobre o trabalho rural, pois se nele também identificamos uma prática e um saber, conseqüentemente uma tradição e uma cultura material daquele mundo rural.

5. A CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA HISTÓRICA E DAS TÉCNICAS DE HISTÓRIA ORAL

5.1 A implantação do Museu de Memória Regional

No decorrer da pesquisa pudemos identificar dois eixos principais nas entrevistas sobre o povoamento e formação dos municípios das áreas ribeirinhas do Médio Rio Paraná. Em primeiro lugar, há um eixo econômico que acelera a ocupação humana nestas áreas e cria rotas de transporte. A ocupação humana às margens do Rio Paraná aparece associado à criação de vias de comunicação para transporte de gado entre o sul do Mato Grosso e o litoral de São Paulo e Rio de Janeiro (cf. Whitaker, 1934: 9; Cruz, 2002; Godoy, 2002: 21 e 25; Abreu, 1972: 29). Neste processo, temos a formação de estradas boiadeiras, portos fluviais para transporte do gado ou coleta de lenhas consumida nos navios a vapor, além dos pontos de pousada do gado e entreposto comercial. A interação da navegação com a ferrovia ampliou a circulação de pessoas, animais e mantimentos (Queiroz, 2006). Toda essa atividade econômica (extrativista, comercial e de transporte) terá seu auge nos anos 1950 e seu declínio na década de 1970. Todos estes ciclos econômicos são confirmados por outras fontes (como memórias e crônicas) e algumas publicações sobre histórica local. O segundo eixo forte é a migração de famílias. Toda a ocupação da região ribeirinha (principalmente a paulista) é marcada por correntes migratórias. De um lado, há relatos importantes que descrevem a presença de dezenas imigrantes europeus e asiáticos, que chegaram na década de 1930 e marcaram a ocupação das cidades ribeirinhas.

É esta interpretação histórica sobre os dois eixos da ocupação humana no Médio Rio Paraná que está orientou nossa curadoria para a primeira exposição do Museu de Memória Regional. Direcionou a seleção de fotos mais representativas do rio Paraná, em momentos até do início da ocupação, como loteamento e ocupação para formação dos municípios. Imagens do processo de derrubada, não apenas mostrando o transporte das toras e serrarias, mas também o corte dos dormentes para a expansão da ferrovia. Seleção de imagens sobre a navegação, como uma atividade de transporte que viabilizou a ocupação humana ao longo do rio. E ao qual esteve vinculada a principal festa da região, a procissão fluvial Nossa Senhora

dos Navegantes, desde a sua criação, em 1948. O deslocamento populacional merece destaque também, não apenas com imagens, mas também com objetos; tanto o processo imigratório (da Europa e Japão) quanto o migratório (no nordeste do país), que contribuíram para a ocupação da região do Oeste Paulista. Uma análise do conteúdo das entrevistas não apenas sugeriu estes eixos para a primeira exposição, quanto também são a principal fonte para a seleção de imagens, de citações para alguns painéis e informações nos textos explicativos da exposição.

5.2. Inventário do patrimônio industrial regional

Uma nova proposta de pesquisa foi por nós iniciada, com cronograma de realização para os próximos dois anos. Esta visa estudar a memória produzida por diferentes saberes na ocupação e povoamento da região do novo oeste paulista, num processo que alcançou o Rio Paraná nos séculos XIX e XX. Isto exigirá o estabelecimento das fontes documentais, o estudo do processo de expansão urbana e das fronteiras agrícolas no oeste paulista, e o inventário de patrimônio da industrialização no oeste paulista (relacionada à instalação de redes de transporte fluvial e ferroviário). Definindo como marcos cronológicos de nossa pesquisa: a expedição exploratória da Comissão Geológica e Geográfica (1891), e a fundação da cidade de Rosana (1957) - a última localidade criada em função da expansão de ramal ferroviário da E. F. Sorocabana. Pretendemos concentrar este estudo em cinco municípios que foram “ponta de trilhos” e/ou portos fluviais: Presidente Epitácio (antiga vila Tibiriçá), Rosana e Panorama, em São Paulo; Bataguassu (antiga vila Porto XV) e Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul. Contamos já com financiamento da Fapesp para auxílio deste projeto, que envolve uma equipe multidisciplinar de pesquisadores da Unesp/Rosana.

6. REFERÊNCIAS

- ABREU, D. S. **Formação histórica de uma cidade paulista: Presidente Prudente**. São Paulo: F.F.L.C.H.-USP, 1972.
- ARGOLO, A. **Arquitetura do café**. Campinas: Ed. da Unicamp/ São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.
- CERTEAU, Michael de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- COSTA, C. B. da. “Uma história sonhada”. **Rev. bras. Hist.**, v.17, n.34, p. 133-145, 1997.
- CRUZ, W. **Porto Epitácio**. Manuscrito. 2002.
- DUBY, G.. “História social e ideologia das sociedades”. In: LE GOFF, J., NORA, P.. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. Pp. 131-132.
- VANGELISTA, C.. “Da fala à história: notas em torno da legitimidade da fonte oral”. In: LOPES, A.H., VELLOSO, M.P.; PESAVENTO, S.J. **História e linguagens: texto, imagens, oralidade e representações**. Rio de Janeiro, 7Letras, 2006. p. 185-193.
- FEBVRE, L. **Combates pela história**. Lisboa: Presença, 1977. 2 vol.s

- GHIRARDELLO, Nilson. **À beira da linha: formações urbanas da Noroeste Paulista**. São Paulo: Unesp, 2002.
- GODOY, Benedito de. **História de Presidente Epitácio**. Presidente Epitácio: [s.e.], 2002.
- HALBWACHS, M.. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice/Ed. Revista dos Tribunais, 1990.
- LE GOFF, J. . Documento/Monumento. In: **História e memória**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1998.
- LEITE, J. F.; SALGADO, F.C.F.; ALEGRE, M.; GABIREL, R.W.. “Rosana (o mais longínquo rincão paulista)”. **Boletim do Departamento de Geografia (FCT)**, Presidente Prudente, nº 2, p. 9-33, 1969.
- LEITE, José F.; SALGADO, F. C. F.; ALEGRE, M.. “No Pontal do Paranapanema”. **Boletim do Departamento de Geografia (FCT)**. Presidente Prudente, nº 3, 1970, p. 10-13.
- LEITE, J. F.. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Unesp, 1998.
- MATOS, O. N. de. **Café e ferrovia: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira**. São Paulo: Alfa-ômega, 1974. p. 93-100.
- MILLIET, S. **roteiro do café e outros ensaios**. São Paulo: [1938].
- MONBERG, P.. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo, 1984 [1949].
- NOGUEIRA, A. R. **A imigração japonesa para a lavoura cafeeira paulista (1908-1922)**. São Paulo; USP/IEB, 1973.
- NORA, P. (org.) **Les liex de mémoires**. Paris: Gallimard, 1983.
- PRINS, G.. “A história oral” In: BURKE, P. (org.). **A escrita da história**. São Paulo: Unesp, 2001.
- QUEIROZ, P. R. C. “A navegação na Bacia do Paraná e a integração do antigo sul de Mato Grosso ao mercado nacional”. In: **Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica**, Caxambu (MG). Disponível: <http://www.abphe.org.br/congresso2003/textos.html> Acesso em: 10/10/2006.
- TAUNAY, A. d’E. **A propagação da cultura cafeeira**. Rio de Janeiro, [1934].
- THOMPSON, P.I. **A voz do passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- TREBITSCH, M. “A função epistemológica e ideológica da história oral nos discursos da história contemporânea”. In: MORAES, M. **História oral**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994. p.
- VOLDMAN, D.. “A invenção do depoimento oral”. In: FERREIRA, M.M.; AMADO, J. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. Pp. 247-265.
- WHITAKER, Francisco. **Recordações**. Manuscrito, 1934.
- WHITE, H.. **Meta-histórica**. Brasília: Ed. UnB, 1992.
- _____. **Trópicos do discurso**. São Paulo: EdUSP, 1999.